



DECRETO MUNICIPAL N° 049/2026
DE 18 DE MAIO DE 2026.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NMSP), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANOEL EMÍDIO, ESTADO DO PIAUÍ, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANOEL EMÍDIO, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal de 1988, e pela Lei Orgânica do Município de Manoel Emídio (PI) – Lei Municipal N° 258/1990,

CONSIDERANDO o que regulamenta a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n° 36, de 25 de julho de 2013, da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

CONSIDERANDO o que estabelece a Portaria n° 529, de 01° de abril de 2013, do Gabinete do Ministro da Saúde.

E, CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da anterioridade, da continuidade, da oportunidade, da conveniência, da moralidade, da prudência e da supremacia do interesse público, que norteiam a atuação da administração pública municipal.

“D E C R E T A”:

Artigo 01° – Fica instituído o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente da Secretaria Municipal de Saúde de Manoel Emídio (NMSP), conforme legislação atinente a promoção da melhoria da qualidade nos serviços de saúde.

Artigo 02° – O Núcleo Municipal de Segurança do Paciente (NMSP), é a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente, tendo seu funcionamento definido no presente Regimento.

Artigo 03° – O NMSP tem por objetivo contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os serviços de saúde do município de Saúde de Manoel Emídio (PI).

Artigo 04° – O NMSP ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Manoel Emídio (PI).

Artigo 05° – O NMSP será formado para o desempenho das atividades a ele inerentes e se reunirá 01 (uma) vez por mês utilizando o calendário das reuniões ordinárias.

Artigo 06° – O NMSP adotará os princípios e diretrizes da RDC nº 36/2013, que institui ações de segurança do paciente nos serviços de saúde:

§ 01° – A melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde;

§ 02° – A disseminação sistemática da cultura de segurança;

§ 03° – A articulação e a integração dos processos de gestão de risco;

§ 04° – A garantia das boas práticas de funcionamento do serviço de saúde.

Artigo 07° – Compete ao NMSP:

I – Promover ações para a gestão de risco no serviço de saúde;

II – Desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde;

III – Promover mecanismos para identificar e avaliar a existência de não conformidades nos processos e procedimentos realizados e na utilização de equipamentos, medicamentos e insumos propondo ações preventivas e corretivas;

IV – Elaborar, implantar, divulgar e manter atualizado o Plano de Segurança do Paciente (PSP) em Serviços de Saúde;

V – Acompanhar as ações vinculadas ao Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde;

VI – Implantar os Protocolos de Segurança do Paciente e realizar o monitoramento dos seus indicadores;

VII – Estabelecer barreiras para a prevenção de incidentes nos serviços de saúde;

VIII – Desenvolver, implantar e acompanhar programas de capacitação em segurança do paciente e qualidade em serviços de saúde;

IX – Analisar e avaliar os dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;

X – Compartilhar e divulgar à direção e aos profissionais do serviço de saúde os resultados da análise e avaliação dos dados sobre incidentes e eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;

XI – Notificar ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os eventos adversos decorrentes da prestação do serviço de saúde;

XII – Manter sob sua guarda e disponibilizar à autoridade sanitária, quando requisitado, as notificações de eventos adversos;

XIII – Acompanhar os alertas sanitários e outras comunicações de risco divulgadas pelas autoridades sanitárias.

Artigo 08º – O NMSP é composto por um grupo de profissionais da área de saúde, de nível superior, formalmente designado para planejar, elaborar, implementar, manter e avaliar o Plano Municipal de Segurança do Paciente (PMSP), adequado às características e necessidades da rede municipal de Saúde.

§ 01º – Considera-se PMSP o conjunto de ações desenvolvidas deliberada e sistematicamente elaborado pelo NMSP que estabelece estratégias e ações de gestão de risco com vistas à redução máxima possível da incidência e da gravidade dos eventos adversos que possam ocorrer nos serviços de saúde.

§ 02º – As atividades de segurança do paciente, entre outras, que serão desenvolvidas nos serviços de saúde estão listadas a seguir:

I – Identificação, análise, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos no serviço de saúde, de forma sistemática;

II – Integração dos diferentes processos de gestão de risco desenvolvidos nos serviços de saúde;

III – Implementação de protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde que se enquadram nas unidades de saúde;

IV – Identificação do paciente;

V – Higiene das mãos;

VI – Segurança cirúrgica;

VII – Segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos;

VIII – Segurança no uso de equipamentos e materiais;

IX – Prevenção de quedas dos pacientes;

X – Prevenção de úlceras por pressão;

XI – Prevenção e controle de eventos adversos em serviços de saúde, incluindo as infecções relacionadas à assistência à saúde;

XII – Segurança nas terapias nutricionais enteral e parenteral;

XIII – Comunicação efetiva entre profissionais do serviço de saúde e entre serviços de saúde;

XIV – Estímulo à participação do paciente e dos familiares na assistência prestada;

XV – Promoção do ambiente seguro.

§ 03º – O NMSP funciona como órgão de assessoria junto à Secretária Municipal de Saúde, e de execução das ações de segurança do

paciente, estando assegurado sua autonomia funcional junto aos setores estratégicos para o controle das infecções.

§ 04º – Em caráter complementar, poderão ser incluídos representantes de nível médio das áreas de enfermagem, odontologia, farmácia ou administração, respeitado o limite de 02 (dois) integrantes.

Artigo 09º – O monitoramento dos incidentes e eventos adversos será realizado pelo NMSP, o qual seguirá fluxo estabelecido no PMSP.

Artigo 10º – A estrutura do NMSP será composta:

I – Secretária Municipal de Saúde (Giovanna da Silva Duarte – Portaria nº 088/2026, de 13/04/2026);

II – Representante Técnico da Coordenação da Atenção Primária à Saúde (Maria José Barbosa da Rocha Miranda – Portaria nº 006/2026, de 02/01/2026);

III – Representante Técnico da Saúde Mental (Nágila Ribeiro Freitas – Portaria nº 007/2026, de 02/01/2026);

IV – Representante Técnico da Coordenação de Saúde Bucal (Izabela Paixão Tumaz Sousa – Portaria nº 149/2025, de 11/08/2025);

V – Representante Técnico da Assistência Farmacêutica (Andressa de Jesus Sousa – Portaria nº 178/2025, de 10/11/2025);

VI – Representante Técnico da Vigilância Epidemiológica (César Francisco Negreiros Neto – Portaria nº 020/2026, de 02/01/2026);

VII – Representante Técnico da Regulação Municipal (Josiedson dos Santos Lima – Portaria nº 038/2026, de 02/01/2026);

VIII – Representante das equipes médica/enfermagem (Glauceline Barbosa Coutinho – COREN nº 774135/PI);

IX – Representante Técnico de Segurança do Trabalho (Layane Andrade Araújo – T.S.T. nº 006325/PI).

Artigo 11 – Os representantes das Coordenações, Gerências, Comitês, Núcleos que comporão o NMSP estão relacionados no Art. 10º serão indicados e apresentados pela Secretária de Saúde.

Artigo 12 – Aos membros do NMSP compete:

I – Estudar e relatar nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas pelo Coordenador;

II – Comparecer às reuniões, relatando expedientes, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão;

III – Requerer votação de matéria em regime de urgência;

IV – Desempenhar as atribuições que lhes forem designadas pelo Coordenador;

V – Apresentar proposições sobre as questões inerentes ao Núcleo;

VI – Em caso de impedimento, comunicar seu suplente para que o substitua nas atividades do NMSP.

§ 01º – As deliberações tomadas deverão ser encaminhadas em forma de Resoluções, quando estiverem relacionadas à criação e/ou alterações nas normas e rotinas.

§ 02º – Os treinamentos para as diversas categorias profissionais e em diversos temas serão agendados previamente e comunicados por escrito às chefias de Unidades e Coordenações, que deverão ser responsáveis pelo encaminhamento de sua equipe a estes, mediante autorização do Secretário Municipal.

Artigo 13 – O NMSP, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e a ordem dos trabalhos.

Artigo 14 – A sequência de atividades nas reuniões do NMSP será:

I – Verificação da presença do Coordenador e demais membros do NMSP;

II – Leitura, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;

III – Leitura, pelo Coordenador, dos informes e desenvolvimento da pauta da reunião;

IV – Leitura, discussão e votação dos pareceres;

V – Organização da pauta da próxima reunião;

§ 01º – Em caso de urgência ou de relevância de alguma matéria, o NMSP, por voto da maioria, poderá alterar a sequência estabelecida neste artigo.

§ 02º – Qualquer membro do NMSP poderá requerer ao Coordenador, a qualquer tempo, que solicite o encaminhamento ou diligências de consultas a outras pessoas ou instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para estudo, pesquisa ou informações necessárias à solução dos assuntos que lhes forem distribuídos, bem como solicitar o comparecimento de qualquer pessoa às reuniões para prestar esclarecimentos.

§ 03º – A pauta será comunicada previamente a todos os membros, com antecedência mínima de 02 (dois) dias para as reuniões ordinárias e de 01 (um) dia para as extraordinárias.

Artigo 15 – Após a leitura do parecer elaborado por pessoa indicada na forma do inciso V, do art. 18, deste decreto, o Coordenador deve submetê-lo a discussão, dando a palavra aos membros que a solicitarem.

Artigo 16 – Após o encerramento das discussões, o assunto será submetido a votação.

Artigo 17 – A cada reunião, os membros registrarão sua presença em folha própria (lista de presença) e o Secretário lavrará ata que deverá ser assinada pelos membros presentes e pelo Coordenador, quando de sua aprovação.

Artigo 18 – Ao Coordenador incumbe dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do NMSP, especificamente:

- I – Representar o NSP em suas relações internas e externas;
- II – Promover a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III – Tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate;
- IV – Indicar membros para realização de estudos, trabalhos, levantamentos e emissão de pareceres.

Parágrafo único. – Cabe ao Vice Coordenador substituir o Coordenador em seus impedimentos.

Artigo 19 – Ao Secretário do NMSP compete:

- I – Participar das reuniões dando toda assistência necessária ao bom andamento dos trabalhos;
- II – Preparar e encaminhar o expediente do NMSP;
- III – Manter controle dos prazos legais e regimentais referentes aos processos que devam ser examinados nas reuniões do NMSP;
- IV – Providenciar e distribuir ao Secretário de Saúde e/ou Departamentos, comunicados escritos e Resoluções do NMSP;
- V – Lavrar termos de abertura e encerramento dos livros de ata, de protocolo, de registro de atas, e de registro de deliberações, rubricando-os e mantendo-os sob guarda;
- VI – Transcrever o relatório anual das atividades do NMSP;
- VII – Lavrar e assinar as atas de reuniões do NMSP;
- VIII – Providenciar, por determinação do Coordenador, a convocação das reuniões extraordinárias;

IX – Distribuir aos Membros do NMSP a pauta das reuniões;

X – Organizar dados e arquivos do NMSP.

Artigo 20 – As atividades dos membros do NMSP deverão acontecer através da liberação de horário de trabalho, com solicitação em tempo hábil para não haver interrupção do serviço no local de lotação do mesmo.

Artigo 21 – Será excluído o componente do NMSP que, sem motivo justificado, deixe de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas no período de 01 (um) ano.

Artigo 22 – Cabe ao Secretário de Saúde promover a renovação de 1/3 (um terço) dos componentes do NMSP a cada 02 (dois) anos.

Artigo 23 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo conjunto de componentes do NMSP, por consenso ou maioria simples.

Artigo 24 – O presente Regimento Interno poderá ser alterado, mediante proposta fundamentada por 2/3 (dois terços) dos componentes do NMSP, em reunião extraordinária, especialmente convocada para este fim, e será encaminhada à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 25 – Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 26 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Manoel Emídio, Estado do Piauí,
aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis.**

ORLANDO ALMEIDA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Manoel Emídio (PI)
Mandato 2025 / 2028